



CELEBRAÇÃO
14 ANOS



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DO VOLUNTARIADO

VOLUNTARIADO...

↘ *Clique no tema que pretende consultar:*

...Aula Magna sobre Voluntariado em tempos de pandemia	4
...no combate à exclusão social	12
...em contexto prisional	14
...na cultura, recreio e desporto	20
...em contexto de saúde	26
...desenvolvimento das comunidades locais	30
...juvenil	36
...ambiental	40



Sessão Comemorativa dos 14 anos da



VOLUNTARIADO
EM TEMPOS DE PANDEMIA
AS NOVAS GEOGRAFIAS



19 JANEIRO 2021 >> 11h00

AULA MAGNA SOBRE VOLUNTARIADO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A minha saudação à Confederação do Voluntariado nesta evocação do seu 14º aniversário, pela muito ampla e importante intervenção que tem na sociedade portuguesa.

Muito obrigado pelo convite para participar nesta conferência e um abraço com amizade e estima ao Professor Eugénio da Fonseca que me endereçou.

A reflexão que aqui vos trago procura responder ao tema sugerido e a tópicos que, por minha solicitação, o Professor Eugénio da Fonseca e a Dr^a Susana tiveram a amabilidade de me sugerir.

O debate sobre caminhos para o futuro é sempre trabalhoso, ainda mais em tempos de pandemia, como aqueles que estamos a viver. Vivemos uma era em que não nos faltam notícias, embora muitas vezes sem verdade, mas escasseia a informação. Encontrar tempo e vontade para construir e expor ideias, partilhá-las com os outros e, em confronto e diálogo, construir projetos comuns, ainda é mais difícil. Mas vale a pena. É por estes caminhos que se constroem os avanços da sociedade.

Dividi a reflexão que venho partilhar convosco em três partes: na primeira, de um alerta sobre o que vem de trás o que estamos a viver e precauções a termos para projeção do futuro, darei um pequeníssimo contributo para a abordagem do voluntariado e desafios prementes que se vos colocam;

Foi-nos proposto refletir “face às mudanças que a pandemia impôs”. Compreendo a utilização da palavra impor, pois a pandemia surgiu-nos de rompante a alterar os nossos comportamentos individuais e coletivos, mas devemos ser muito cautelosos para não cairmos em subjugações a que a utilização da palavra/conceito impor nos convida. Os condicionamentos da pandemia estão aí, não sabemos por quanto tempo. Impõe-se-nos um exercício atento de observação e análise para sermos capazes de perceber o que, efetivamente, está a acontecer e para mapear caminhos alternativos. Contudo, o que hoje podemos observar não serão, seguramente, os impactos definitivos que hão de ficar para o futuro.

Há realidades muito concretas no quadro anterior à crise provocada pela pandemia que não desapareceram e que não deixarão de se projetar para o futuro. As cargas mais negativas que vêm do passado não vão ser ultrapassados só porque todos fomos abalados por um choque repentino e brutal.

O presente é marcado por exceções e emergências, a crise não é democrática e as respostas que se vão encontrando não emergem de processos de decisão mais democráticos, antes pelo contrário: foram e estão a ser tomadas muitas decisões carregadas de unilateralismo, justificado ou não. As nossas capacidades/incapacidades de agir, individual e coletivamente, produzirão percepções e apontarão soluções novas, todavia estamos muito longe de saber o que vai ficar em definitivo e em que condições. Entretanto, o futuro desenha-se a partir de cenários prospetivos sérios, mas também, e muito, das respostas ao presente contínuo. Ora, no presente temos muitos seres humanos cada vez mais desprotegidos.

Esta pandemia evidenciou a centralidade do trabalho nas sociedades humanas que temos e podemos projetar, mas as respostas políticas assumidas neste último ano não apontam a sua valorização para a esmagadora maioria dos trabalhadores. A pandemia realçou a importância da Comunidade e do Bem Comum, contudo rapidamente vão surgindo desvalorizadas essas evidências. Vamos ter pela frente duros e prolongados combates.

Nas leituras feitas para preparar esta reflexão consultei os objetivos da Confederação e fixei-me um pouco na vossa preocupação (bem realçada aqui pelo Professor Eugénio) de formar as pessoas – as centenas de milhares - que estão envolvidas no voluntariado. Procurei olhar a interpretação do conceito de voluntariado, os princípios - da solidariedade, participação, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência - por que se norteia, bem como valores outros que lhe são caros.

Onde devemos concentrar a nossa atenção? Em convergência com o que interpreto do Vosso guião, parece-me haver três dimensões importantes sobre as quais temos de nos focar e trabalhar, para sermos capazes de construir respostas adequadas ao tempo em que vivemos: i) a da identificação dos problemas e anseios dos seres humanos, de cada pessoa humana na sua particularidade; ii) as realidades das famílias, onde têm crescido as disfunções e ruturas entre gerações; iii) a comunidade, na imensidão de instituições, estruturas e organizações que a povoam.

É neste o quadro que, no meu entender, se justifica uma atualização da

legislação que enquadra o voluntariado em Portugal. A sociedade precisa do aumento do número de pessoas, de todas as gerações, que dedicam parte do seu tempo ao voluntariado e de as motivar para um esforço de formação. O voluntariado tem missões cada vez mais exigentes. O Estado tem a obrigação de identificar melhor essa importância e valorizá-la perante a sociedade.

No meu entender, neste tempo que estamos a viver, será aconselhável ponderar bem as alterações legislativas que se formulam - que me parecem necessárias -, dado que, como afirmei atrás, é um tempo de exceções e emergências. E as mudanças que se hão de consolidar são ainda muito incertas. Caminhe-se com cautelas. Convoquem-se para o debate, como sugeriu o Professor Eugénio, atores diversos, nomeadamente académicos, que ajudem a preparar um bom lastro de estudo e de formulação de propostas.

Costumo dizer e aqui reafirmo, que para transformarmos a sociedade precisamos de deitar mão de valores e conseguir que cada indivíduo os tome como seus, não ignorando que deparamos com muito individualismo e com convergências explosivas entre individualismo, consumo e “leis do mercado”. Todavia não é suficiente centrarmo-nos apenas nos valores tratados ao nível da pessoa humana. São também indispensáveis representações (coletivas) que criem e projetem identidades coletivas, que assumam compromissos em representação coletiva, que efetivem as intermediações sociais indispensáveis em democracia.

As múltiplas associações do voluntariado ganham muito com uma Confederação forte. Essa possibilidade depende em parte delas próprias, da sua capacidade de agir solidariamente, e noutra parte não menos importante, da valorização que o Estado lhe atribui, a partir da adequação da lei e da forma como a efetiva. A Confederação precisa de ser um parceiro tido em conta pelos poderes públicos: só assim será possível carrear para dinâmicas da sociedade toda a força e contributos dos cidadãos que, positivamente, abraçam o voluntariado.

A minha experiência de vida em ação coletiva, desde logo no sindicalismo, com significativo trabalho organizativo (onde não faltam cargas de voluntariado), leva-me a considerar que cada Movimento Social ou Associação precisa de fazer uma boa análise dos seus poderes: o estrutural, o institucional, o associativo e o societal. As mudanças transformadoras que buscaís exigem-vos analisar com profundidade como estais em relação a cada um deles.

Agora, numa segunda parte, permitam-me refletir sobre traços marcantes do contexto complexo em que a pandemia emergiu, dos seus desafios “mágicos”, uns carregados de esperança, outros propositadamente apocalípticos. Estamos num mundo com multiplicidade de fatores que influenciam as mudanças.

Há um enfoque excessivo sobre a influência dos avanços tecnológicos analisados a partir de falsos determinismos. Em regra, é dado realce a cenários muito negros, por exemplo, colocando enfoque no desemprego e em profissões que tendem a desaparecer, mas escondendo as possibilidades de criação de emprego e de novas profissões. Ao mesmo tempo, induz-se a ideia de que o acesso às tecnologias é livre e não se avaliam custos, nomeadamente sociais e ambientais. E escamoteia-se o facto, mais que provado, de que entre o potencial de uma nova tecnologia e a sua efetiva utilização vai uma distância enorme, distância essa que tenderá a aumentar com o crescendo de atenção aos impactos sociais e ambientais.

São fortes os impulsos para mudança vindos das tecnologias, do digital, do trabalho remoto, da robotização, da inteligência artificial, mas há outros impactos a moldar dinâmicas sociais e os quadros institucionais em que nos movemos: 1) aqueles que resultam das crescentes tensões entre a democracia e os autoritarismos (ou propostas ultra conservadoras e fascistas) que vão influenciar bastante o desenho das políticas públicas, dos sistemas de ensino e formação, do emprego e das relações laborais, bem como as atitudes dos cidadãos na defesa do Bem Comum; 2) os que emanam das novas dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas e as guerras comerciais e efetivas daí resultantes, que vão induzindo alterações na divisão do trabalho à escala global; 3) aqueles que hão de resultar das necessárias respostas aos desastres ambientais e ecológicos e da chamada economia da descarbonização; 4) os que precisamos que nasçam de respostas positivas ao aumento da esperança de vida, ou aos movimentos migratórios.

Somos desafiados a ter todo este quadro presente e sermos capazes fazer análises integradas, considerando, concomitantemente, os problemas económicos, sociais, culturais, jurídicos, éticos e políticos. Pode dizer-se que as mudanças podem ir pelo caminho do aprofundamento das incertezas e das instabilidades das nossas vidas favorecendo uma minoria; ou tomar as capacidades técnicas e científicas para ampliar e disseminar a inovação, para dar mais coesão às comunidades e à sociedade.

Na obra “Como Reorganizar um País Vulnerável?” do Observatório So-

bre Crises e Alternativas, no capítulo que partilho com Elísio Estanque e Hermes Costa, escrevemos (pg. 442): “Se a flexibilidade da vida pode ser conjugada com mais coesão e mais capacidade inovadora, tempos de trabalho reduzidos podem conjugar-se com dimensões importantes que incidam, direta ou indiretamente, na economia e no bem-estar”. Este é apenas um objetivo, dentro das inúmeras alterações da organização e prestação de trabalho, que está perfeitamente ao nosso alcance.

José Reis, que fez a coordenação dessa publicação, escreve (pg.17) que a pandemia nos surgiu como “A paragem súbita, a prioridade à vida, a valia intrínseca da proximidade, a irrecusável capacidade para decidir em nome de todos, que é própria dos Estados, o valor dos recursos comuns em que assentam as respostas públicas. Tudo isto deverá configurar o que já chamei uma economia política do cuidado”. Tomemos esta expressão sobre a necessidade de caminhos novos para a evolução da organização económica. Recordemos que, historicamente, como menciona Ana Cordeiro Santos na mesma obra (pg. 44), na “construção dos Estados-providência nas economias mais desenvolvidas, as atividades do cuidado...foram sendo coletivamente organizadas e orientadas para a prossecução de um bem comum, universalizando o seu acesso, autonomizando-o do trabalho doméstico...”. Consideremos, entretanto, que ao mesmo tempo que se manifestam dinâmicas de mercadorização destas atividades, também se evidencia a incapacidade de muitas famílias poderem pagar os seus custos. Deitando mão destas constatações, talvez nos surjam indicadores seguros sobre as mudanças (incluindo ao nível de exigências de formação) com que se depara o voluntariado, cujo campo de ação privilegiado é o dos cuidados e da solidariedade social.

No meu entender, será possível e necessário mobilizar mais homens e mulheres, nas várias gerações, para o voluntariado, mas a tarefa da sua formação é urgente e muito exigente, e toda a regulamentação deve ter este objetivo bem presente. A conquista de vidas mais longas e com saúde - que vão exigir novas formas de se gerir, o que até hoje designamos por vida ativa e de a prolongar qualitativamente -, as múltiplas mudanças nas formas de organização e prestação do trabalho e, ainda, a necessidade de o Estado criar mais compromissos e “parcerias” com as pessoas e as suas organizações para poder prestar melhor as crescentes tarefas a que é chamado, são fatores que marcam a mobilização e a formação para o voluntariado.

Na terceira e última parte desta reflexão volto, com mais especificidade e colocando algumas perspetivas em confronto, a questões que marcam o

tempo atual como tempo de travessia com especificidades novas.

Já estamos habituados à invocação de uma qualquer “crise” (palavra tornada instituição) para justificar medidas duras sobre os cidadãos. Nesta crise há todo um quadro de medidas de exceção e emergência, já referidas, que lhe dão um cunho particular e mais complexo, pois corre-se o risco da anormalidade se tornar o novo normal, agravando desequilíbrios e injustiças anteriores a esta crise.

O lastro económico e social resultante do quadro das respostas à crise vai ficando muito pesado. Os trabalhadores precários absolutos foram despedidos sem dó nem piedade em meia dúzia de dias no início da pandemia e muitos “empresários individuais” ou pequenos empresários ficaram descartados, mas há setores onde os acionistas aceleraram imenso a ampliação e apropriação da riqueza. Nesta pandemia tivemos (e temos) o grupo das pessoas que puderam confinar-se, o grande grupo dos que tiveram de estar sempre em atividade e cujo trabalho e proteção na saúde não foram muito valorizados, e o grupo, ainda significativo, dos que não entram naqueles dois nem nas estatísticas, mas existem e querem ter dignidade, logo jamais devem ser catalogados de excluídos.

As crianças, adolescentes e jovens deixaram de ter aulas presenciais, de ter atividade desportiva, cultural e física e de se socializarem. As perdas daí decorrentes serão grandes e a elas somam-se os traumas da geração anterior, a quem foi proposto (e bem) que fosse à Escola e a formações, com a promessa de ser compensada o que (e mal) não se cumpriu: em grande parte só tem direito a baixos salários e precariedade.

O necessário e eficaz recurso ao teletrabalho e outras formas de trabalho remoto está a produzir cenários novos, mas cheios de incertezas, longe de poderem ser consolidados. Pode impor-se um ainda menor controlo dos trabalhadores sobre o tempo, esse bem tão precioso que tem de pertencer às pessoas e ser controlado por elas, sob pena de se lhes tornar a vida num inferno. E a evolução dessas formas de organização e prestação do trabalho, se não forem devidamente acompanhadas e reguladas podem empurrar muitos desses trabalhadores para perda de vínculos laborais e perdas salariais.

Tenha-se presente um dado registado pela OIT num recente estudo sobre o trabalho em plataformas digitais: à escala global esse trabalho é pago a menos de 2 dólares por hora.

O encantatório de algumas novas tecnologias, pode estar a arrastar para dentro da família - já muito marcada por disfunções e ruturas entre gerações - dimensões inimagináveis de conflito e a alimentar concepções subversivas que afirmam as intermediações entre o humano e o não humano, como as intermediações do futuro. Com esse pretexto, justifica-se o desrespeito pelas intermediações nas relações sociais que continuarão, necessariamente, a ser entre humanos. As tecnologias, por mais que incorporem inteligência artificial serão sempre um artefacto nas mãos de humanos. Os homens e mulheres que fazem voluntariado sabem bem o valor das relações humanas e sociais.

A pandemia colocou clara a necessidade de se deitar mão de valores, da importância do bem comum, da indispensabilidade de respostas coletivas, de se desconstruir absolutismos e endeusamentos do mercado, de se valorizar a Comunidade, as suas instituições e organizações, desde logo o Estado como grande ancoradouro do compromisso coletivo e das suas realizações como o SNS, a Escola Pública, o sistema universal e solidário da Segurança Social. Mas rapidamente surgem opções políticas que chocam com aquelas indicações, ou seja, para que tudo não passe de uma miragem há muito caminho a desbravar.

Termino realçando o voluntariado como uma importantíssima componente de intervenção na sociedade: necessário perante velhas realidades muito anteriores à pandemia; indispensável para a afirmação da economia do desenvolvimento humano e do cuidado que deve levar a que o voluntariado tenha voz na discussão das políticas de desenvolvimento territoriais (das regiões e locais); presente no acompanhamento dos impactos das emergências e exceções que temos vivido e que vão deixar marcas e tensões projetadas no tempo associadas a dinâmicas da esfera da reprodução social e do funcionamento das institucionais.

Muito Obrigado

Manuel Carvalho da Silva





Sessão satélite no contexto da
celebração dos 14 anos da



VOLUNTARIADO NO COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL

Moderado por Eugénio Fonseca

25 JANEIRO 2021 >> 11h00

VOLUNTARIADO NO COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL

Perguntas de Partida

- Em que medida pode o voluntariado contribuir para minimizar as situações de exclusão social?
- Como enquadrar em ações de voluntariado as pessoas em situação de pobreza (desempregados...) ou de exclusão social (saúde mental...)? Ponto fortes e fracós.

Contributos

CONCEIÇÃO ZAGALO – Problema do acompanhamento dos que partem / Solidão dos que partem e das suas família – De que forma se pode apoiar através do voluntariado?

ANA MARQUES – Neste momento estou num projeto de apoio social de rua. Distribuímos refeições mas o foco neste momento é conversar com eles, pois neste momento, para além da falta das necessidades básicas, é toda a situação pandémica. Acho que o voluntário não pode ser apenas “alguém que entrega a refeição” mas tem que ser alguém apto para conversar e saber ouvir.

JOANA TOSCANO – Formação necessária para o voluntariado atempadamente vs. necessidades prementes. Existe uma bolsa grande de voluntários mas existe a necessidade de formação.

TIAGO DIGNITUDE – Apresenta programa Abem, presente em todas as regiões, e com voluntários da área de farmácia, sendo que em 2020 foram apenas envolvidos a nível digital, não presencial. Levaram medicamentos a 14.000 pessoas, tendo sido um grande desafio angariar fundos para dar resposta a todos os pedidos.

LÚCIA SARAIVA – Lança desafio à CPV de dar formação de voluntariado. Desde que desafiados e acompanhados, jovens podem fazer voluntariado nos lares e centros de acolhimento com programas de leitura, etc. “O jovem ex-recluso foi trabalhar com pessoas com deficiência profunda e gostou muito – nunca pensou que havia pessoas com problemas maiores que ele”.





VOLUNTARIADO NO CONTEXTO PRISIONAL

Moderado por Rita Lourenço

29 JANEIRO 2021 >> **15h00**

VOLUNTARIADO EM CONTEXTO PRISIONAL

Na área de voluntariado em contexto prisional, que caminhos se abrem, que novas geografias (novos posicionamentos, novas respostas) devemos considerar?

A sessão foi moderada, a Convite da Confederação Portuguesa do Voluntariado, pela Aproximar, Cooperativa de Solidariedade Social. A sessão iniciou-se com uma breve reflexão sobre o conceito de reinserção social no contexto da justiça e o papel que a sociedade civil/ comunidade podem desempenhar neste processo de reinserção, tendo sido reforçado o papel e importância das relações pró-sociais. Ainda em modo de enquadramento, foi partilhada a posição da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) sobre o voluntariado em meio prisional, tendo sido usada a seguinte afirmação retirada do Relatório de Atividades e Autoavaliação, 2019:

“A ação de voluntariado em meio prisional é considerada pela DGRSP como tendo um papel importante no processo de reinserção social dos reclusos, contribuindo para a preparação para a liberdade e para a abertura dos estabelecimentos prisionais à comunidade. Instituições particulares e de organizações de voluntários devem ser incentivadas (artigo 55º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade), nomeadamente:

- ▶ No desenvolvimento de atividades de cariz cultural e de ocupação de tempos livres de reclusos.
- ▶ No apoio social e económico a reclusos e seus familiares.
- ▶ Em atividades relevantes para o processo de reinserção social de reclusos, designadamente apoio em matéria de emprego e alojamento.

(DGRSP, Relatório de Atividades e Autoavaliação, 2019, p.103)

A moderadora fez, ainda, referência à longa história do voluntariado

em meio prisional em Portugal, reforçou a estrutura e organização e sobressaiu o caráter vanguardista que nos descreve (Portugal) nesta área em concreto. Desta primeira breve exposição, foram lançadas questões, nomeadamente:

- ▶ Como é que nós podemos mobilizar mais Organizações da Sociedade Civil para promover projetos de voluntariado para o meio prisional? Como podemos mobilizar mais voluntários para este setor?
- ▶ Olhando para o tempo presente, que respostas (inovadoras ou não) estão a ser colocadas em prática em Portugal pelas Organizações Promotoras de Voluntariado (OPV) a fim de manter o contacto/ desenvolver competências dos cidadãos que estão na prisão? E que outras poderiam ser criadas?

Abaixo um breve resumo da discussão que esperamos possa ser usado para futuros desenvolvimentos na área do voluntariado em meio prisional:

- ▶ É preciso mobilizar a comunicação social: relativamente à mobilização de mais OPVs, foi sugerido o papel fundamental da comunicação social. Esta apenas comunica a criminalidade violenta e não se ouve comunicação sobre os impactos positivos nas prisões. O que acontece de bom nas prisões? Porque é que essa informação não passa para fora? São questões para reflexão.
- ▶ É preciso sensibilizar a opinião pública no geral: haver um movimento de sensibilização sobre o que é o meio prisional, quem são as pessoas que estão em contexto prisional (contar as histórias de cada pessoa), desmistificar mitos. Criar empatia pelo outro em geral, e pelas pessoas privadas de liberdade em concreto.
- ▶ Envolver a Academia: por um lado, o envolvimento das ciências de comunicação para haver uma sensibilização para comunicar o que é o Sistema Prisional (e não apenas criminalidade violenta que é o que acontece atualmente). Também envolver modelos de intervenção social/ reabilitação no voluntariado em contexto prisional.

- ▶ Olhar para questões legais: exemplo, o seguro do voluntário – pessoas com mais de 75 anos não têm acesso ao seguro e isso limita o acesso à atividade de voluntariado em meio prisional.
- ▶ Ativar os movimentos jovens: muitos voluntários nesta área são grupos de risco e os voluntários também podem trazer novas dinâmicas ao voluntariado (digitalização).
- ▶ Formar: Reforçar o papel das OPVs na formação inicial e contínua dos voluntários em meio prisional, respeitando o princípio da convergência.
- ▶ Dar visibilidade aos resultados da intervenção dos voluntários: criar mecanismos que permitam tornar visível o impacto do voluntariado.
- ▶ Conhecer: relativamente ao decréscimo de atividades de voluntariado é importante perceber quem está a desistir e porquê. Seria importante conhecer as motivações dos voluntários.
- ▶ Cooperação entre os diferentes agentes: criar mais mecanismos de cooperação e trabalho em rede entre as OPVs e o Sistema Prisional.
- ▶ Um sistema federativo: a necessidade de criar um sistema federativo que traga harmonia e congregação de esforços para aumentar a influência em contexto prisional.
- ▶ Partilhar: é preciso promover mais espaços de diálogo entre as pessoas para quebrar as barreiras (ex. dos projetos de arte que têm sido promovidos pela Fundação Calouste Gulbenkian).

Relativamente aos impactos da pandemia, foram apontadas as seguintes possíveis ações:

- ▶ Oferta de bens (sempre em diálogo com o sistema e de acordo com as necessidades expressadas pelo sistema)
- ▶ Motivar os jovens, promovendo oportunidades de voluntariado digital (embora o voluntariado digital seja ainda embrionário em contexto prisional)

- ▶ Escrever às pessoas que estão privadas da sua liberdade
- ▶ Manter contactos com as famílias, apoiar as famílias. As famílias ficam estigmatizadas – que apoio é que se dá às famílias (estas são famílias com baixa literacia, com mais necessidades sociais...).
- ▶ Apoiar ex-reclusos no processo de transição
- ▶ Manter os contactos com o sistema prisional – perceber como podemos colaborar juntos!

Os voluntários e participantes veem o cenário com preocupação, sobretudo devido à pandemia. Não há neste momento voluntariado em meio prisional (suspensão devido à pandemia) e, por isso, não há contacto (seja com os beneficiários, seja com o próprio sistema). Há também o problema de haverem muitos voluntários que pertencem a grupos de risco, e isso também é uma preocupação. Todos anseiam pela presença em contexto prisional. Embora possa haver atividades paralelas, o contacto é insubstituível – é preciso proximidade com estas pessoas.





VOLUNTARIADO NA CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Moderado por Clementina Henriques

30 JANEIRO 2021 >> 15h00

VOLUNTARIADO NA CULTURA, RECREIO E DESPORTO

No contexto de Pandemia que vivemos é manifesta a necessidade de intervenção do trabalho voluntario, desenvolvido pelas varias organizações associativas, procurando identificar impactes negativos e positivos e agir em conformidade. É premente, e imperativo, discutir os valores sociais que possam afirmar o desenvolvimento da sociedade, nomeadamente: bem comum, humanismo, enriquecimento da cidadania, bem como a saúde mental, valores a privilegiar. Verifica-se, igualmente, a necessidade de aprofundamento do trabalho coletivo, mediado pela Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV), com outros movimentos associativos.

Nesta certeza, há que convocar outros atores, públicos e privados, para a discussão e ação. A necessidade de intervenção na sociedade, com o objetivo de discutir, disseminar, e implementar os valores referidos, define uma matriz societal orientadora das organizações e, promotora da discussão construtiva, a vários níveis (indivíduo, família e sociedade).

No Painel ***Voluntariado na cultura, recreio e desporto*** apropriamos as questões de partida, proferidas por ocasião do 14º aniversário da CPV, numa aula magistral da autoria do Doutor Carvalho da Silva em que se privilegiam como ***“fatores chave: tempo, os valores, o bem comum, o humanismo e o enriquecimento da cidadania”***. Sugerimos a inclusão da saúde mental.

Feita a apresentação dos objetivos do painel pela CPV, reiterada por um elemento da Direção da Confederação das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD) onde emerge, como resultados a atingir, o fortalecimento da redes, da interação, da capacitação e da intervenção articulada. Digamos que se procura a eficácia e eficiência do trabalho das associações para a materialização do bem comum, e a análise de oportunidades, impactes positivos, que facultem a rendibilidade do trabalho associativo, solapando os impactes negativos.

Pelos intervenientes é reiterada a problemática do fortalecimento do Associativismo através de novas respostas que, por um lado alargam o âmbito dos públicos a atingir e, por outro lado, rendibilizam as potencialidades de dirigentes cujas coletividades estão sem atividade, num primeiro momento

no Concelho de Lisboa mas disseminável pelo país. É proposto um desafio, a materialização de um “Curso Cartil” que visa, numa primeira linha, socorrer situações de emergência, criando o efeito de “bola de neve”. Lisboa tem 23 Freguesias. A criação de um programa destinado a estes dirigentes facilita a intervenção no apoio dentro de cada uma das freguesias. Executa trabalhos de proximidade pois um Cartil de voluntários agrega voluntários. No Associativismo esta dinâmica seria adequada para agir junto das famílias (facultado medicamentos, produtos alimentes e outros bens primários), de hospitais e outras organizações. ACCL disponibiliza-se para esta ação coordenada pela CPV e pela CPCCRD.

Em jeito de aproveitamento das oportunidades decorrentes da pandemia é lançado um novo desafio, que podemos enquadrar nos impactes positivos, com enfoque na melhoria da linguagem digital, fomentando a criação de uma rede para o desenvolvimento de projetos de intervenção social em que o objetivo é o desenvolvimento tecnológico das organizações. Esta dinâmica, incluída na Gestão do Tempo, torna os atores mais habilitados e mais eficientes.

Existem já respostas a alguns problemas, como o projeto “Voluntários Consigo”, que visa a criação de sinergias. Intervém junto das pessoas mais sós, combatendo o isolamento e cuidando da saúde mental. A CPV tem esta dinâmica e 2 coordenadoras para intervirem neste domínio. Está disponível para partilhar.

Outra área de cooperação, através da criação de dinâmicas de interajuda, visa a obtenção de financiamentos na elaboração de candidaturas. É uma área em que as coletividades tem dificuldades e, contratualizar através de entidades externas é muito dispendioso e, por outro lado perde, algumas vezes, a natureza associativa inerente ao voluntariado.

Podemos aqui identificar a transformação de mais um impacte negativo em positivo: A capacitação dos voluntários e das suas organizações motivando a partilha, nas diversas áreas que darão resposta às questões de partida (gestão do tempo, **valores, bem comum, humanismo, enriquecimento da cidadania e saúde mental**) e permitam intervir no momento oportuno. Aproveitar esta paragem para investir em conhecimento, fortalecer as interações, dos agentes sociais, públicos e privados, produzir boas práticas e sua disseminação.

É importante criar ou desenvolver projetos de intervenção nas Escolas e sensibilizar os mais jovens para o voluntariado.

Para a eficácia deste trabalho é fundamental uma boa organização. Deverá ser produzida uma análise fina de caracterização da realidade, sabendo o que está a acontecer nas diversas localidades. Através, talvez, de um projeto Cartil, para a proteção civil, precedido de formação adequada.

Uma outra conclusão que retiramos do debate é o apelo à disponibilidade dos dirigentes associativos para intervirem conjuntamente neste programa, rentabilizando o trabalho de modo eficiente. Apela-se aos dirigentes presentes que têm conhecimento de intervenção nas freguesias a da partilha da mesma com a CPV. Foram referidas duas coletividades, da Freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais, a SRO e Troupe União Caparidense que aderiram à recolha de alimentos e outros bens a distribuir pelas pessoas mais necessitadas. É referida outra prática bem sucedida a intervenção continuada no concelho do Seixal com animação, conjugada entre o MAP, Freguesias e outros cidadãos. Prática a disseminar.

De Leiria emerge uma outra hipótese de parceria entre uma cidadã qualificada na área do desporto e da saúde mental que se disponibiliza para intervir junto das famílias. Questiona se não existem parcerias com as Universidades para desenvolvimento de estágios nesta área que poderiam fortalecer o trabalho voluntário. Há, na verdade, um programa desenvolvido pela CPV, o EVAVOL que abrange este domínio.

É ainda referida a importância do voluntariado na Juventude onde a CPV tem dinâmicas e está disponível para as partilhar.

A moderadora sistematiza a reflexão identificando as oportunidades referidas, as sugestões e a importância da interação e da partilha neste tempo novo. Deixa um desafio para a ocupação do tempo, por vezes excessivo, que poderia ser a construção de histórias de vida.

O Presidente da CPV encerra a reflexão com um agradecimento global e votos de que tudo fique bem, mas melhor.

Impactes de natureza positiva e negativa.... ?

MURTA ROSA – Interior Tecnologias – informática; Projetos de intervenção social, Linguagem digital;

JOÃO TEIXEIRA – Voluntários consigo, criação de sinergias; Intervenção junto das pessoas mais isoladas pelas coletividades, para combater o isolamento e cuidar da saúde mental. A CPV tem esta dinâmica e 2 coordena-

nadoras para intervirem neste domínio;

CARLOS SANTOS – Elaboração de candidaturas; Criação de dinâmicas de interajuda nesta área;

SUSANA QUEIROGA – Capacitação e partilha nas diversas áreas que nos permitam intervir no momento oportuno. Aproveitar esta paragem investindo em conhecimento; fortalecimento das interações e sua disseminação;

CONCEIÇÃO ZAGALO – interação dos agentes sociais, públicos e privados;

ANA AMARAL – Projetos de intervenção na Escola

CARLOS FRANCO – 23 Freguesias em Lisboa. Criação de um programa destinado a estes dirigentes; Intervirem no apoio dentro de cada uma das freguesias; Trabalhos de proximidade; Cartil voluntários agregam voluntários; Trabalho de proximidade entre CPV e a CPCCRD;

CARLOS SANTOS – Financiamentos;

EUGÉNIO FONSECA – Uma análise precisa de caracterização sobre o que está a acontecer nas diversas localidades; Cartin, na proteção civil – formação. Disponibilidade dos dirigentes associativos para intervirem conjuntamente neste programa, rentabilizando o trabalho; SRO e Troupe União Caparidense;

AFONSO SANTOS – CNE Escuteiros – Há bastante atividade neste tipo de intervenção. Sugere a disponibilização das gravações;

ISABEL GRAÇA – Barreiro, concelho tem intervenção, desde o início, nesta dinâmica. Vai insistir nas respostas;

DEOLINDA NUNES – Intervenção continuada do concelho do Seixal com animação, conjugada entre o MAP, Freguesia e outros cidadãos;





VOLUNTARIADO NO CONTEXTO DA SAÚDE

Moderado por Carlos Pinto Ribeiro

3 FEVEREIRO 2021 >> 15h00

VOLUNTARIADO EM CONTEXTO DA SAÚDE

Integrada nas comemorações do 14º aniversário da Confederação Portuguesa do Voluntariado, realizou-se, na tarde do dia 3 de Fevereiro e por video-conferência, a sessão subordinada ao tema “Voluntariado em contexto de Saúde”.

Aquando do convite à participação, e tendo como ponto de partida que a pandemia provoca um conjunto de impactos negativos, mas também impactos positivos que podem transformar-se num contributo efetivo através do efeito de coesão que as ações de voluntariado podem conferir nas sociedades, que as exigências do tempo presente necessitam de respostas, necessitam de uma reflexão profunda em diversas áreas de maior vulnerabilidade e que os fatores chave são o tempo, os valores, o bem comum, o humanismo e o enriquecimento da cidadania, foram lançados alguns temas para discussão, nomeadamente:

Os Voluntários que atuam dentro das Instituições prestadoras de Cuidados deveriam organizar-se para alargar o apoio, o humanismo, a solidariedade e a compaixão ao doente no seu domicílio?

No atual contexto de pandemia justifica-se ainda mais a atividade Voluntária em Saúde, enquanto promotora da humanização da Instituição de Saúde?

Apostar na Literacia em Saúde é a melhor forma de capacitar os doentes para tomarem consciência dos seus direitos e deveres. Que papel poderão ter os Voluntários nesta área de intervenção?

O objetivo primeiro é perceber na área de voluntariado em saúde, que caminhos se abrem, que novas geografias (novos posicionamentos, novas respostas) devemos considerar?

À hora marcada foi iniciada a sessão, que contava com setenta inscritos, tendo o Sr. Presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) feito votos para que a reunião fosse profícua na busca de soluções, dizendo da sua preocupação com importância do Voluntariado em Saúde e no que ele representa na humanização da relação da Instituição

prestadora de Cuidados de Saúde e o Doente. Referiu-se ao sucesso das sessões anteriores que trataram de outras áreas do Voluntariado e fez votos para que a de hoje também fosse relevante.

O moderador cumprimentou a CPV, felicitou-a pelo 14º Aniversário e pela iniciativa, saudou os participantes, fez uma apresentação do Voluntariado em Saúde praticado pelas Associadas da Federação Nacional de Voluntariado em Saúde, recordou os temas propostos para o debate e instigou os participantes a falarem das suas experiências e das suas boas práticas, de modo a que, num universo mais alargado, as mesmas possam ser replicadas.

Aberto o debate, a primeira intervenção foi para questionar se os Voluntários deveriam ou não integrar uma lista de prioridade de vacinação, tendo em conta a sua proximidade com os doentes e a coabitação dos espaços das Unidades de Saúde. Foi consenso geral que devia ser considerada prioridade a vacinação dos Voluntários, tanto mais que o Sr. Presidente da CPV informou que havia sido distribuída uma informação veiculada pela CASES onde se afirmava que os Voluntários que atuassem nos Lares de Idosos teriam prioridade na vacinação. Serão feitas diligências para se estender esta prioridade a todos os Voluntários da área da Saúde.

De seguida foi informado que existem Instituições que mantêm atividade Voluntária em contexto Hospitalar, nos moldes tradicionais e que vai muito para além da vertente humanista, ajudando mesmo os Doentes / Utentes na Urgência e no respetivo encaminhamento. Foi realçada a importância e a necessidade dos Voluntários cuidarem, permanentemente, da sua segurança sanitária, cumprindo as regras emanadas pela Direção Geral de Saúde sobre a proteção individual perante o risco de infeção.

Foi dado conhecimento que a Associação Ser Mais Dar Mais Terapeutas sem Fronteiras tem um programa de Voluntariado para Cabo Verde, focado no objetivo de promover o voluntariado enquanto resposta a um conjunto de necessidades de índole social, económica e da saúde nas ilhas de Cabo Verde, lançando iniciativas diversas que passam pela partilha de conhecimento e de competências com vista à redução de carências identificadas em conjunto com parceiros locais. Seguir-se-ão contactos para conhecer melhor o *modus operandi* desta Associação, tendo em conta a oportunidade de encontrar modelos a replicar.

Seguidamente foram colocadas algumas preocupações com o Voluntariado em Saúde em contexto de pandemia. Como humanizar sem a

presença dos Voluntários? Atendendo à idade de risco da maioria dos Voluntários, como fazer a gestão do corpo de Voluntários amputado da maioria dos seus membros? Que procedimentos para trazer mais jovens para o Voluntariado? A Literacia em Saúde, enquanto promotora de mais Saúde, pode e deve contar com os Voluntários? Estas perguntas ficaram sem resposta, mas em relação à última, foi afirmado que o Grupo de Trabalho que a Direção Geral da Saúde havia constituído e onde participavam várias Instituições promotoras do Voluntariado em Saúde se dissolveu, depois de algumas reuniões e, lamentável e inexplicavelmente, sem resultados.

Depois de outras intervenções em que, por um lado, foi confirmada a atividade de Voluntariado em algumas Instituições de Saúde e a sua ausência total em muitas outras, foi encerrada a sessão, com o sentimento geral de que foram abordados os temas e as preocupações mais candentes e atuais do Voluntariado em Saúde, tendo-se iniciado um debate que importa sustentar, dinamizar, alargar e aprofundar, não obstante não terem sido equacionadas suficientes propostas para novas respostas para os novos desafios com que, agora, é confrontado o Voluntariado em Saúde. É inevitável e urgente voltar a este tema.





Sessão satélite no contexto da
celebração dos 14 anos da



VOLUNTARIADO E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS

Moderado por Jorge Claro

5 FEVEREIRO 2021 >> 11h00

VOLUNTARIADO E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS

No âmbito do 14º aniversário da Confederação Portuguesa do Voluntariado, comemorado a 19 de janeiro, a CPV lançou um conjunto de sessões satélite de debate, no sentido de identificar e valorizar práticas de voluntariado.

A Animar – Associação Nacional de Desenvolvimento Local, enquanto rede nacional de promoção do desenvolvimento local, foi convidada a moderar a sessão com o tema “Voluntariado e o Desenvolvimento Local”, tendo lançado como questões preliminares as seguintes:

Como motivar e mobilizar cada vez mais pessoas, em especial jovens, para a prática do voluntariado no desenvolvimento das comunidades locais? (seja no papel de dirigente como no de animação da comunidade local)?

Como envolver e sensibilizar os agentes promotores de desenvolvimento local (associações, fundações, cooperativas, entre outras organizações sem fins lucrativos, mas também as autarquias) para o reforço do papel do voluntariado em projetos e iniciativas locais?

Considerando o voluntariado como um fator de desenvolvimento e coesão das comunidades locais, que importância veem que o voluntariado pode ter face aos desafios emergentes das comunidades locais (de coesão social, de sustentabilidade e desenvolvimento económico dos territórios, de equilíbrio ecológico e ambiental, de participação mais ativa de movimentos de cidadania, etc...)?

O debate foi muito participado com contributos, reflexões e partilhas de experiências muito diversificadas e que demonstram as potencialidades, dificuldades e mais-valia das práticas e projetos de voluntariado, a seguir explanadas:

O atual contexto de Pandemia cria limitações à prática do voluntariado. Existem muitos projetos suspensos e muitas pessoas voluntárias em con-

finamento. Por outro lado, também têm surgido projetos e iniciativas de apoio às dificuldades sociais resultantes da pandemia, nomeadamente no combate ao isolamento e solidão.

A continuidade do voluntariado foi também um dos aspetos abordados, ou seja, a regularidade e continuidade da prática do voluntariado é extremamente importante na gestão das organizações que acolhem e desenvolvem projetos de voluntariado, bem como na mobilização e motivação de pessoas voluntárias. Foi apontado o número de 4 horas semanais como um tempo equilibrado e regular para garantir a continuidade da prática do voluntariado.

Como atrair voluntários e voluntárias? Esta questão esteve presente durante sessão, tendo sido referido que as pessoas voluntárias se mobilizam por causas quando têm conhecimento que o seu trabalho de voluntariado contribui para resolver um problema local. A delegação de responsabilidades, a partilha de problemas, a comunicação de dificuldades são aspetos que motivam e envolvem os voluntários e voluntárias, sobretudo os jovens, estes e estas mobilizam-se para o que gostam de fazer.

As associações são escolas de voluntariado e de cidadania, onde dirigentes associativos também desenvolvem atividades associativas nas diferentes áreas de intervenção, sendo assim contributos para o desenvolvimento local. O trabalho de muitos dirigentes voluntários/as é muitas vezes desvalorizado, sendo pertinente haver uma valorização e reconhecimento da intervenção das associações nos diversos territórios.

As dinâmicas intergeracionais foram apresentadas como fator de promoção do voluntariado, sobretudo no contexto das associações. É necessário que os e as dirigentes com mais idade tenham a sabedoria e a disponibilidade de acolher as pessoas mais jovens e implicá-las na gestão e desenvolvimento das associações. Cabe a cada dirigente refletir se pretende os/as jovens voluntários/as a “trabalhar connosco ou a trabalhar para nós”.

As associações devem organizar-se no sentido de definirem objetivos e resultados a atingir. A comunicação de forma eficiente é fundamental para atrair pessoas voluntárias que se envolvam e que façam parte integrante da organização. Foi salientado que as associações e organizações que acolhem pessoas voluntárias assumem um papel preponderante no desenvolvimento dos territórios. Sem uma prática regular e ativa do vo-

luntariado, assistimos a alguma forma à estagnação e depressão das organizações e dos territórios.

Enquanto houver uma pessoa desempregada, haverá um problema de desenvolvimento, sendo necessário um trabalho em parceria e colaboração com o intuito de desenvolvimento e não o de concorrência. Colocou-se a questão de poder haver demasiadas organizações/associações nos diversos territórios, sendo dado o exemplo de uma pequena aldeia com 200 habitantes que tem cinco associações. Esta situação origina limitações na intervenção destas associações e na mobilização de voluntários e voluntárias. A sobreposição de intervenções de várias organizações no mesmo território causa problemas na mobilização de dirigentes e voluntários/as.

Foi lançada a questão de desenvolver um modelo de fusões entre as organizações/associações, de modo a construir projetos mais robustos e o voluntariado ser um recurso efetivo no desenvolvimento local.

As autarquias devem canalizar recursos económicos e recursos materiais na promoção do desenvolvimento local, nomeadamente através do apoio ao associativismo e ao desenvolvimento de projetos de voluntariado. Foi salientado que os apoios, sobretudo financeiros, em muitos municípios são relativamente parcos no apoio a projetos de voluntariado e de cidadania.

A capacitação das organizações que acolhem voluntários e voluntárias foi também um dos aspetos referidos, sendo necessários que as associações desenvolvam mecanismos de gestão e organização. A formação surge como um pilar fundamental, que poderá ser assegurada e dinamizada pelas autarquias e sobretudo a disponibilização de apoio técnico que possibilite o desenvolvimento e capacitação das organizações que desenvolvem iniciativas de voluntariado.

Foram referidos alguns exemplos de eventos realizados pelos municípios:

- ▶ Mercado do voluntariado (CM Cascais), feira em que várias organizações puderam divulgar as suas ações/projetos de voluntariado. Foi ainda objetivo a promoção e mobilização das mesmas.
- ▶ Gestão de organizações e de voluntários/as (CM Amadora), os serviços do município são um agente mobilizador e facilitador entre as ofertas e as necessidades.

- ▶ CM Almada, em fase de organização de um serviço de apoio à prática do voluntariado.

Além dos projetos e iniciativas desenvolvidas pelas autarquias, também foi referido os vários programas do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude). Estes são extremamente importantes na promoção e incentivo à prática do voluntariado, nomeadamente no que se refere à formação e à capacitação, na atribuição de bolsas e no apoio às associações.

Cada um de nós é um agente de desenvolvimento local, independentemente do local onde se encontre. Problemas em captar, motivar e manter os voluntários e voluntárias são transversais a todo o território e a todas as organizações. Em territórios de baixa densidade há dificuldades acrescidas, daí a necessidade de promover sinergias e cooperação entre as várias organizações do território.

A prática de voluntariado pode ser um fator de empregabilidade, porque permite o desenvolvimento de competências técnicas e sociais. Por outro lado, os voluntários e voluntárias são “egoístas”, isto é, procuram algumas vezes a mera satisfação, prazer, reconhecimento pelos seus contributos na resolução de um problema local.

Os projetos de voluntariado também podem ter uma lógica comercial, venda de produtos, dos territórios e/ou das organizações. Poderá haver o desenvolvimento de projetos de voluntariado associados a uma atividade cultural ou de turismo, pacotes que valorizem os territórios e os projetos.

O processo de voluntariado parece homogéneo, mas não é. Algumas associações apenas funcionam ao fim de semana. A falta de tempo dos e das dirigentes associativos é uma dificuldade na promoção e envolvimento das pessoas voluntárias. Neste sentido, será necessário alinhar interesses e colmatar necessidades dos voluntários e voluntárias.

A formação dos voluntários e voluntárias e o apoio às associações são elementos fundamentais na promoção e prática do voluntariado. Será importante a pessoa voluntária conhecer os objetivos, a missão, a visão e os valores da organização, para que mais facilmente possa estar comprometido com esta.

Foi identificada a necessidade de promover mecanismos para educar e sensibilizar para a prática do voluntariado das crianças e jovens. Fazer o

bem, valorizar as suas ideias, educar e formar para valores de altruísmo e solidariedade são algumas dos valores a transmitir. Cada pessoa deve assumir o compromisso de cidadania ativa e contribuir para um mundo melhor a começar pelo contexto onde está.

O voluntariado de longa duração implica um trabalho em parceria e de relação de proximidade com os/as jovens de forma a serem envolvidos e envolvidas na identificação das necessidades, e a serem agentes ativos do desenvolvimento, implicados em contribuir para a solução.

Em suma, foi um debate muito interessante, com a participação ativa de todas as pessoas participantes, com contributos muito relevantes nas questões colocadas no início da sessão. A mudança de mentalidades e de comportamentos devem ser princípios que a todos e todas nos devem convocar para uma ação cada vez mais colaborativa e promotora de desenvolvimento humano.





Sessão satélite no contexto da
celebração dos 14 anos da



VOLUNTARIADO JUVENIL

Moderado por Joana Bacelar

6 FEVEREIRO 2021 >> 17h00

VOLUNTARIADO JUVENIL

Questões para a reflexão

1. Na área do voluntariado juvenil, que caminhos se abrem, que novas geografias (novos posicionamentos, novas respostas) devemos considerar?
2. Voluntariado Juvenil: uma resposta viável aos desafios da atualidade? Problemas, soluções e boas práticas.
3. Qual o futuro do voluntariado juvenil? Como pode o voluntariado chegar a mais jovens? Mobilização, capacitação, motivação, envolvimento e participação.

Principais preocupações apresentadas

Fazer voluntariado não deve ter como intuito incluir esta prática no CV para ter mais possibilidades de empregabilidade.

O voluntariado deveria ser abordado mais nas escolas, de modo a garantir que os jovens conhecem o conceito e sabem como podem contribuir para a sociedade através do voluntariado. Deveriam ser praticadas mais ações de solidariedade nas escolas que pudessem suscitar o interesse dos jovens a serem voluntários.

Dada a situação atual, as oportunidades de voluntariado têm decrescido, já que em certos tipos de voluntariado a prática deste deixou de ser possível realizar-se. Ainda que as oportunidades de voluntariado digital tenham subido, a diferença ainda é substancial.

Existe uma preocupação com o facto de não haver um envolvimento maior dos jovens na criação, dinamização e gestão dos programas de voluntariado, fazendo com que por vezes possam ficar desmotivados pela coordenação não estar nas suas mãos e, por conseguinte, os programas não estarem adaptados às suas necessidades e expectativas ou métodos de trabalho.

Para os efeitos da presente lei, considera-se jovem voluntário aquele que tenha idade entre 16 e 30 anos, não podendo sendo considerados jovens voluntários aqueles que tenham menos de 16 anos, ainda que reúnam as restantes condições.

Problemas decorrentes do confinamento e ensino à distância podem suscitar o isolamento forçado dos jovens e crianças. As escolas, atividades extracurriculares ou associações encerradas presencialmente previnem a contaminação, mas fazem aumentar a vulnerabilidade social das crianças e jovens, concretamente na sua saúde mental, no acesso à alimentação equilibrada, no acesso à educação sendo que nem todos têm o mesmo acesso ao computador e internet, na identificação de situação de maus tratos e no insucesso escolar imediato e futuro.

Soluções face às preocupações levantadas

Utilização de outros métodos e processos de voluntariado adequados à realidade vivida, como seja o televoluntariado. O televoluntariado apresenta algumas potencialidades como o voluntariado à distância a partir de locais remotos; pode ser uma resposta à necessidade de sociabilidade dos voluntários no sentido em que têm contacto com outros digitalmente.

Incluir uma dinâmica inter-geracional no voluntariado é fundamental, levando a que haja um encontro das gerações mais velhas com mais novas, sendo que ambas têm a aprender uma com a outra, podendo complementar-se. A experiência aliada à inovação será uma mais-valia para todos.

É importante que os programas de voluntariado vão ao encontro das expectativas dos voluntários jovens, sendo por isso essencial que à partida sejam conhecidas as regras, descomplicados os processos para mais fácil perceção e, se possível, moldados de acordo com as necessidades dos jovens.

É importante criar mais oportunidades de voluntariado digital que seja do conhecimento e interesse dos jovens, sendo crucial uma boa comunicação para que os voluntários as possam conhecer.

É importante ter em conta na criação do programa de voluntariado que os jovens têm a oportunidade de se envolver na criação, dinamização e gestão do próprio projeto e não apenas de executá-lo. A motivação, interesse e empenho poderá crescer substancialmente.

Incluir nos currículos dos alunos a temática do voluntariado e experienciar ações de solidariedade na escola que possam combater alguma necessidade comunitária e suscitar o interesse dos jovens para a prática de voluntariado.

Passar a palavra e a experiência de jovens que já sejam voluntários a outros que ainda não o são é um meio para a mobilização de mais jovens voluntários. É importante dar um testemunho desta vivência e convidar diretamente outros a juntarem-se à causa.

Propostas apresentadas

- ▶ Fortalecimento do trabalho em rede no âmbito do voluntariado juvenil.
- ▶ Fortalecimento da formação no âmbito do voluntariado juvenil.
- ▶ Criação da CPV Jovem.





Sessão satélite no contexto da
celebração dos 14 anos da



VOLUNTARIADO AMBIENTAL

Moderado por Sara Rodrigues

11 FEVEREIRO 2021 >> 11h00

VOLUNTARIADO AMBIENTAL

Principais Conclusões do Debate

No passado dia 11 de fevereiro de 2021, pelas 11h, tomou lugar a Sessão de Debate “Voluntariado Ambiental”, dinamizada pela Confederação Portuguesa de Voluntariado e moderada por Sara Rodrigues.

Inicialmente, foram levantadas as seguintes questões:

- ▶ Como mobilizar os cidadãos para as questões ambientais?
- ▶ Depois de alertar a população como passar à ação?

Os participantes partilharam o testemunho das suas organizações, indicando ações já realizadas em diversos locais do país. Todos concordaram que a primeira abordagem a tomar deverá passar por fazer um levantamento de voluntários interessados na temática e disponíveis para divulgar as causas ambientais. Visto que as causas sociais e o voluntariado nesse contexto tem uma visualização muito maior, é urgente compreender a potência da temática e envolver todos os cidadãos e entidades interessados. É de igual urgência, motivar os voluntários e seguir os bons exemplos já colocados em prática pelas confederadas. Posteriormente, para permitir a construção de um caminho comum, entre sociedade civil, instituições públicas e privadas, deverá apostar-se nos seguintes eixos: incentivos, benefícios e isenções, e educação.

Foi diversas vezes referido que os cidadãos se movem por causas pelo que a melhor forma de os captar será através da sensibilização e apostar em soluções “face to face” e de angariação de equipas. Outra visão partilhada ao longo da sessão, foi apostar na capacitação e formação das pessoas nas diferentes áreas de intervenção para posteriormente se executar ações e garantir o seu acompanhamento. Falou-se ainda na urgência de formação contínua sobre a importância da redução do impacto ambiental de cada um e como poderá a CPV fornecer ferramentas neste ramo.

As ações devem ser tratadas de forma sistémica com outras entidades para dar continuidade e verificar que está a ser executada e manter

acompanhamento, monitorização das ações e constante avaliação de projetos. Além das ações, sempre que as houver, dinamização de eventos de sensibilização para a temática.

Durante o debate, diversos intervenientes debruçaram-se sobre a questão de a execução das ações dever ser a nível local e começar pelo seu meio envolvente. Também se abordou a questão de pensar em ações sem recorrer a recursos monetários. É muito importante pensar na sustentabilidade das ações como um todo, além de intervir a nível ambiental é necessário pensar na parte social e económica. Estudar os problemas e quais os prós e contras.

É urgente não deixar as ações nas mãos do estado e das associações ambientais, mas mobilizar todas as entidades e cidadãos para a problemática. Foi bastante discutida a questão de estabelecer parcerias entre as confederadas e também se pensou em solicitar apoio da Carta para a Diversidade. Um trabalho a desenvolver em conjunto com empresas, autarquias e cidadãos. Deve-se apostar na educação ambiental a partir das escolas, promovendo a realização de ações de intervenção ambiental nas escolas, para levar, posteriormente as famílias a intervir e construir uma rede de voluntários.

Todos os intervenientes tiveram tempo para partilha de boas práticas das suas organizações e associações como sugestões de replica. Por fim, concordou-se que a pandemia veio retardar os avanços feitos na área de intervenção ambiental e que é necessário contrabalançar as atuais circunstâncias.

- ▶ Como mobilizar os cidadãos para as questões ambientais?
- ▶ Depois de alertar a população como passar à ação?

Os participantes partilharam o testemunho das suas organizações, indicando ações já realizadas em diversos locais do país. Todos concordaram que a primeira abordagem a tomar deverá passar por fazer um levantamento de voluntários interessados na temática e disponíveis para divulgar as causas ambientais. Visto que as causas sociais e o voluntariado nesse contexto tem uma visualização muito maior, é urgente compreender a potência da temática e envolver todos os cidadãos e entidades interessados. É de igual urgência, motivar os voluntários e seguir os bons exemplos já colocados em prática pelas confederadas. Posteriormente, para permitir a construção de um caminho comum, entre sociedade ci-

vil, instituição públicas e privadas, deverá apostar-se nos seguintes eixos: incentivos, benefícios e isenções, e educação.

Foi diversas vezes referido que os cidadãos se movem por causas pelo que a melhor forma de os captar será através da sensibilização e apostar em soluções “face to face” e de angariação de equipas. Outra visão partilhada ao longo da sessão, foi apostar na capacitação e formação das pessoas nas diferentes áreas de intervenção para posteriormente se executar ações e garantir o seu acompanhamento. Falou-se ainda na urgência de formação contínua sobre a importância da redução do impacte ambiental de cada um e como poderá a CPV fornecer ferramentas neste ramo.

As ações devem ser tratadas de forma sistémica com outras entidades para dar continuidade e verificar que está a ser executada e manter acompanhamento, monitorização das ações e constante avaliação de projetos. Além das ações, sempre que as houver, dinamização de eventos de sensibilização para a temática.

Durante o debate, diversos intervenientes debruçaram-se sobre a questão de a execução das ações dever ser a nível local e começar pelo seu meio envolvente. Também se abordou a questão de pensar em ações sem recorrer a recursos monetários. É muito importante pensar na sustentabilidade das ações como um todo, além de intervir a nível ambiental é necessário pensar na parte social e económica. Estudar os problemas e quais os prós e contras.

É urgente não deixar as ações nas mãos do estado e das associações ambientais, mas mobilizar todas as entidades e cidadãos para a problemática. Foi bastante discutida a questão de estabelecer parcerias entre as confederadas e também se pensou em solicitar apoio da Carta para a Diversidade. Um trabalho a desenvolver em conjunto com empresas, autarquias e cidadãos. Deve-se apostar na educação ambiental a partir das escolas, promovendo a realização de ações de intervenção ambiental nas escolas, para levar, posteriormente as famílias a intervir e construir uma rede de voluntários.

Todos os intervenientes tiveram tempo para partilha de boas práticas das suas organizações e associações como sugestões de replica. Por fim, concordou-se que a pandemia veio retardar os avanços feitos na área de intervenção ambiental e que é necessário contrabalançar as atuais circunstâncias.





(+351) 910 052 678
geral@convoluntariado.pt

Sede

Praça Pasteur, 11, 2º Esq
1000-238 Lisboa

Escritório Operacional

Rua Marechal Saldanha, 1
1249-069 Lisboa